

## O ENSINO NO BRASIL IMPERIAL: MOMENTOS DECISIVOS

### META

Apresentar o progressivo avanço da pedagogia jesuítica no Brasil, seu declínio e a passagem de ensino de natureza religiosa para o ensino laico, pautado no conhecimento científico.

### OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

reconhecer a evolução e os valores da pedagogia jesuítica, seus limites e sua relação com a sociedade colonial brasileira, de modo a apreender os avanços educacionais advindos da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, de resulta na autonomia política do país.

### PRÉ-REQUISITO

Aula 03.



Antigo prédio da Faculdade de Medicina da Bahia. Em 18 de fevereiro de 1808, o príncipe-regente D. João fundou a Escola de Cirurgia da Bahia (1808-1816). Na época, ela ficou sediada no Hospital Real Militar da Bahia, em Salvador, localizado no antigo prédio do Colégio dos Jesuítas, no Largo Terreiro de Jesus. A instituição seria transformada em Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (1816-1832) e, depois, em Faculdade de Medicina da Bahia (1832-1891) (Fonte: <http://www.fotonadia.art.br>).

### INTRODUÇÃO

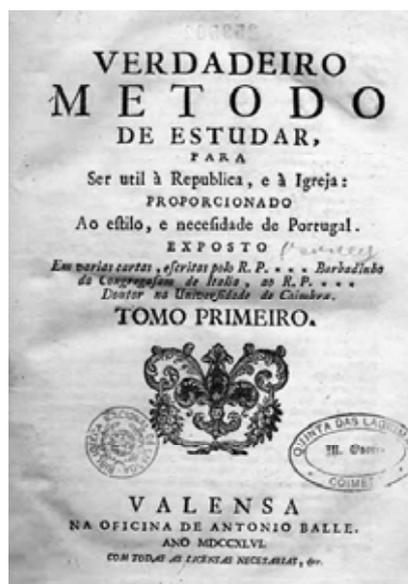
A aula anterior se centrou na fase jesuítica da escolarização colonial brasileira que se conclui com a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, de Portugal e do Brasil, dando início à fase pombalina da instrução pública. Sem pretender entrar em discussão quanto à extensão, no Brasil, de instituições educacionais a cargo dos jesuítas, o historiador da educação Fernando de Azevedo afirma que se tratava de “36 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever”. Todo esse universo escolar é abandonado com a expulsão dos jesuítas. A educação na colônia Brasil fica entregue à sua própria sorte, inclusive à mercê de professores formados e orientados pela pedagogia jesuítica. Por outro lado, a situação econômica de Portugal e, conseqüentemente, da colônia brasileira, entra em aberta decadência, diante da ascensão burguesa e industrial da Inglaterra. O historiador Leôncio Basbaum refere-se a Portugal da época, nos seguintes termos: “Como nação, continuava Portugal um país pobre, sem capitais, quase despovoado, com uma lavoura decadente pela falta de braços que a trabalhassem, pelas relações de caráter feudal ainda existente, dirigido por um Rei absoluto, uma nobreza arruinada, quase sem terras e sem fontes de renda, onde se salientava uma burguesia mercantil rica mas politicamente débil, preocupada apenas em importar e vender para o estrangeiro especiarias e escravos e viver no luxo e na ostentação. Era o país uma nação em que o

feudalismo se desagregava por si mesmo, sem que se consolidasse um capitalismo sobre os seus escombros”. Esse estado de coisas vai refletir também negativamente na organização escolar, na decadência intelectual e institucional, tanto na Metrópole quanto na colônia. Em pleno século XVIII, Portugal

continua a manter uma Universidade (a de Coimbra) tão medieval quanto sempre fora. A filosofia moderna (cartesiana), a ciência físico-matemática, os novos métodos de ensino de língua latina e o ideário iluminista permaneceram desconhecidos em Portugal. O ensino jesuítico, como vimos, soterra as descobertas e novidades científicas, ao continuar formando elementos humanos nos moldes da “Ratio Studiorum”.



Luís António Verney (1713-1792) (à esq), religioso e pedagogo português que publicou *O verdadeiro método de estudar* (1746) (à dir) (Fonte: 1 - <http://alfarrabio.di.uminho.pt>; 2 - [www.ecs-l-antonio-verney.rcts.pt](http://www.ecs-l-antonio-verney.rcts.pt)).



## DAS REFORMAS POMBALINAS À EDUCAÇÃO NO IMPÉRIO

A partir do Alvará de 28 de junho de 1759, cria-se o cargo de Diretor Geral dos Estudos, agora financiado pelo e para o Estado português, isto é, instala-se o ensino laico em Portugal e colônias.

Essa revolução política e pedagógica reflete a força do Ministro de Estado, Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo – 1699-1782), orientado para recuperar a economia portuguesa e para organizar e modernizar a cultura do império.

Essa modernização da cultura recaía, sobretudo, na organização da instrução pública sob o signo do capitalismo mercantil já instalado na Inglaterra, país, aliás, que exercia um forte peso hegemônico nas decisões políticas e econômicas portuguesas. Laerte Ramos de Carvalho, historiador da educação, assevera:

“As reformas entre as quais as da instrução pública, traduzem, dentro do plano de recuperação nacional, a política que as condições econômicas e sociais do país pareciam reclamar”.

A proposta de ruptura total com a tradição jesuítica se justificava, na época, por ser a Companhia de Jesus um empecilho na conservação da unidade cristã e da sociedade civil ansiosa por mudanças. Torna-se, então, uma razão de Estado invocada pelos reformadores que argumentavam ser a ordem jesuítica: a) detentora de um poder econômico elevadíssimo que deveria ser devolvido ao Estado, ao governo; b) formadora do cristão a serviço da ordem religiosa (a seu serviço apenas) e não aos interesses da nação, do império.

Entre os reformadores da instrução pública portuguesa se encontra (e se destaca)

A figura iluminista portuguesa Luís Antônio Verney (1713-1792), educado pelos jesuítas e formado pela Universidade de Évora – Portugal, emigrou cedo para a Itália e refez a sua formação cultural e intelectual, com leituras de Galileu, Newton, Descartes, Bacon e John Locke, daí o seu espírito ilustrado e transformador.

Chamado para colaborar com a reforma pedagógica pombalina, elaborou 16 cartas reunidas sob o nome de “Verdadeiro Método de Estudar”, de 1746, e o “Novo Método de Gramática latina”, de 1752. Essas obras deram lugar a uma violenta polêmica entre as instituições jesuíticas e as novas idéias pedagógicas iluministas.

As duas obras de Verney se rebelam contra a velha gramática do padre jesuíta Manuel Álvares (1526-1583), aliás, uma gramática de uso dominante por mais de 150 anos, na pedagogia jesuítica e conhecida como a “Arte do Padre Álvares” ou o “método alvarista”. Se não havia uma significativa mudança de método, com essas novas obras, uma vez que ambos

os compêndios gramaticais predominava o ensino mnemônico (memorização de regras gramaticais), pelo menos, se realça a visão de mundo iluminista, na proposta de Verney.

Essas reformas também chegam à Universidade de Coimbra que se espelha em congêneres européias, sobretudo francesas.

Assim, fica evidenciado que o espírito reformador do Marquês de Pombal visava a transformar Portugal numa metrópole capitalista, a exemplo, como já nos referimos anteriormente, da Inglaterra que se guiava por essa ótica havia mais de um século. Visava também a provocar, no Brasil, algumas mudanças, com o objetivo de adaptá-lo, enquanto colônia, à nova ordem sociocultural portuguesa. A formação modernizada da elite colonial, masculina, é claro, era exigência da Metrópole, pois necessitava de uma camada social mais eficiente e articuladora dos interesses do império.

São exemplos de “ilustrados” que responderam às exigências da Metrópole e atuaram como organizadores da cultura colonial brasileira: Francisco José Lacerda de Almeida (geólogo), Alexandre Rodrigues Ferreira (médico e naturalista), José Bonifácio de Andrade e Silva (mineralogista), Silva Alvarenga (poeta), José Joaquim de Azevedo Coutinho (fundador do Seminário de Olinda – Pernambuco). Com certeza, é dessa nova elite cultural que sai uma representação atuante nos movimentos que chegam a propor a emancipação do Brasil, concretizada em 1822.

Convém lembrar, mais uma vez, que a estrutura social do Brasil-colônia se caracterizava pela submissão, isto é, pelo controle direto de Portugal ou ainda submissão de uma maioria negra ou mestiça (escrava ou semi-escrava) pela minoria “branca” (colonizadora). Observando a própria tradição histórica em que se constata que o par submissão versus emancipação se mantém, com predominância da submissão sobre a emancipação, há vagarosamente uma luta de substituição de um estado para outro.

Em 1807, Portugal debilitado internacionalmente, pois não tem como garantir preço, mercado e produção às investidas de países mais poderosos economicamente e ainda sofre a invasão das tropas francesas guiadas pelo fervor expansionista de Napoleão Bonaparte, a Corte portuguesa, sob a guarda inglesa, se transfere para o Brasil. A partir de 1808, no dizer de Caio Prado Júnior:

“(…) Desencadeiam-se então as forças renovadoras latentes que, daí por diante, afirmar-se-ão cada vez mais no sentido de transformar a antiga colônia numa comunidade nacional e autônoma. Será um processo demorado – em nossos dias ainda não se completou – evoluindo com intermitências e através de uma sucessão de arrancos bruscos, paradas e mesmo recuos”.

Essa necessidade de instalação da Corte portuguesa na colônia – Brasil obrigou a uma organização administrativa que se materializou (tornou

realidade) na criação do Imprensa Régia (1808), da Biblioteca Pública (1810), Jardim Botânico do Rio (1810), Museu Nacional (1818), entre outras instituições.

Rompendo com o Alvará de 1785, que fechou todas as fábricas na Colônia, em 1812, cria-se a escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros, em Minas Gerais; cursos de economia na Bahia; agricultura, botânica e química, no Rio, abrangendo química industrial, geologia e mineralogia e desenho técnico. Todos eles representam a inauguração do nível superior de ensino no Brasil.

## CONCLUSÃO

Vimos, no decorrer desta aula, que a educação da juventude, da sede do reino português à colônia, esteve, por mais de 200 anos, monopolizada pelos padres jesuítas que se orientavam para uma espécie de uniformização intelectual a serviço de sua ordem religiosa: A Companhia de Jesus.

Os quadros do ensino jesuítico, dogmático, abstrato e conservador não apresentavam flexibilidade para que pudessem ser adaptadas as novas necessidades que a evolução da sociedade exigia. Os métodos autoritários e tradicionais, para além de não incluir o ensino das ciências, continuavam irreduzíveis e excessivamente centrados em estudos literários e retóricos, e não abriam espaço para dar lugar às línguas modernas. Por isso, toda a estrutura do ensino jesuítico entra em derrocada com a reforma pombalina da instrução pública. Na segunda metade do século XVIII, a reforma pombalina não só mostrou a ineficiência do ensino (da pedagogia) jesuítica, mas também representou o ingresso do Estado na solução do problema educacional, no reino português.

No entanto, inúmeras foram as dificuldades daí decorrentes para o sistema educacional, pois com a expulsão dos jesuítas, desmantelou-se toda a ação pedagógica na Colônia. Apesar do enorme esforço do Estado para reorganizar o sistema de ensino, a situação não mudou muito em suas bases e esse quadro se prolonga até as três primeiras décadas do século XIX, com o advento da autonomia política do Brasil.

Após a Independência política do Brasil, diversifica-se um pouco o sistema de ensino laico. A educação popular continuava abandonada e a educação média não passava de uma ponte para cursos superiores. A cultura transmitida pela escola, durante o século XIX, zelava e guardava o timbre aristocrático, em perfeita harmonia com as necessidades de uma sociedade escravista. Espera-se, então, o advento da República para que outros projetos educacionais ganhem força e espaço social.



### RESUMO

A partir da segunda metade do século XVI, a elite portuguesa passa a ser preparada para o trabalho intelectual através de um modelo religioso (católico). Trata-se da Companhia de Jesus que se tornou a ordem dominante no campo educacional, de 1540 ma 1759. Os colégios jesuítas se espalharam da Metrópole à Colônia e foram procurados por todo tipo de cliente e muitos não tinham realmente vocação intelectual, mas os graus concedidos por essas escolas (Colégios) eram critérios tão importantes para a classificação social quanto a posse de terra e de escravo. Esse sistema de ensino vigora até que se promulguem as reformas pombalinas da instrução pública, a partir de 1750, sob a influência do ideário iluminista e anticlerical. Da expulsão dos jesuítas à Independência do Brasil, o quadro educacional brasileiro passa por um estado de desarticulação e de dificuldades de sustentação. Com a autonomia política do Brasil, sobretudo após promulgação do primeiro texto Constitucional, em 1824, inicia-se uma fase de regulamentação pedagógica que se estende, sem grandes sucessos e sem muitas diferenças, até a proclamação da República, em 1889.



### ATIVIDADES

Leia com atenção toda esta aula, fazendo pequenas anotações para uso posterior. Agora faça um resumo, destacando algumas virtudes da pedagogia jesuítica em confronto com as inovações postas pela reforma pombalina. Para melhor subsidiar as informações trazidas por esta aula, consulte a obra da Profa. Otaíza Romanelli, sobretudo o período em questão. Mostre o resumo ao seu tutor e solicite dele uma apreciação.

Não esqueça que esta aula traz uma visão panorâmica de quase três séculos de pedagogia jesuítica, que sempre vai se aprimorando desde de sua implantação à sua decadência, mas sempre fiel aos propósitos originais da Companhia de Jesus.

Ordene, sucintamente, as inovações pedagógicas e educacionais postas em prática no Brasil, após a Independência e sua projeção até as vésperas da era republicana.

## AUTO-AVALIAÇÃO

Com o conteúdo desta aula, sinto-me informado(a) sobre o monopólio educacional dos jesuítas, durante o Brasil-colônia, a decadência dessa situação motivada pelas reformas pombalinas da instrução pública e esforço pedagógico realizado no Pós-independência do país, daí para a frente, acompanha-se uma política educacional custeado pelo poder público.



## PRÓXIMA AULA

A educação no Brasil republicano: de 1889 a 1930. Esse é um período rico em propostas de mudanças, mas sem efeito duradouro e frutuoso na educação brasileira.



## REFERÊNCIAS

- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: das origens até 1889. v. 1. São Paulo: Ed. L.B, 1962.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: de 1889 a 1930. v. 2. São Paulo: Ed. L.B, 1962.
- Haidar, M. de Lourdes M. **O ensino secundário no Império Brasileiro**. São Paulo: Ed. USP/Grijalbo, 1972.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.
- SODRÉ, Nelson. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.